



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

GISELLE FONSECA SARMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA ESTUDANTE  
COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA**

Soure  
2023

GISELLE FONSECA SARMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA ESTUDANTE COM  
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian da Silva Lobato

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S246p Sarmiento, Giselle Fonseca..  
Prática pedagógica docente na perspectiva de uma estudante  
com deficiência múltipla / Giselle Fonseca. Sarmiento. — 2023.  
22 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Crisolita Gonçalves dos Santos Costa  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de  
Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Práticas pedagógicas. 2. Educação inclusiva. 3. Escola.  
4. Família. I. Título.

CDD 370

---

GISELLE FONSECA SARMENTO

**PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vivian da Silva Lobato

Data da aprovação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Conceito:

**Banca Examinadora:**

---

Orientadora  
Prof. Dra. Vivian da Silva Lobato-UFPA

---

Examinador(a)

---

Examinador(a)

## **PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DE UMA ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA.**

Giselle Fonseca Sarmento

E-mail: gisellesarmento9@gmail.com

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas docente no trabalho com uma estudante com deficiência múltipla. Para isso, usando como base autores Mantoan (2002, 2011); Vygotsky (1991); Ross (2012); Masini (2011); dentre outros. Foi realizada a pesquisa de campo na E.E.E.F.M. Professor Gasparino Batista da Silva-Sede, juntamente com a observação participante em sala de aula regular, visando compreender o papel da escola e da família na formação dos educandos. Concluímos que a relação escola e família são fundamentais para a aprendizagem dos alunos, a formação continuada dos docentes tem que acontecer para que os profissionais da educação aperfeiçoem suas práticas pedagógicas, e trabalhem cada vez melhor com estudantes com deficiência múltipla.

**Palavras-chave:** práticas pedagógicas; educação inclusiva; escola; família.

### **Abstract**

This article aims to analyze the pedagogical practices of teachers working with a student with multiple disabilities. For this, using as basis authors mantoan (2002, 2011); Vygotsky (1991); Ross (2012); Masini (2011); Among others. The field research was conducted in the E.E.E.F.M. professor gasparino batista da silva-sede, along with participant observation in the regular classroom, aiming to understand the role of the school and the family in the formation of students. We conclude that the relationship between school and family are fundamental to student learning, the continuing education of teachers has to happen so that education professionals improve their teaching practices, and work increasingly better with students with multiple disabilities.

**Keys-words:** pedagogical practices; Inclusive education; School; Family.

### **Introdução**

A Deficiência Múltipla é um campo com poucas pesquisas no Brasil e, entre os estudos da área, a escolarização desses alunos mostra-se a maior fragilidade (MASINI, 2011). Este fato começa a modificar-se apenas no ano de 2000, com a publicação, pelo Ministério da Educação, do "Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: Deficiência Múltipla" que, dentre outros aspectos, buscou definir

teoricamente esse público. No entanto, a escassez de estudos nessa área, nota-se inúmeras interpretações, sobre o que seja a deficiência múltipla, pois além de haver diversas definições, também constatamos que não há consenso entre os estudiosos em determinar as características desta deficiência (TEIXEIRA & NAGLIATE, 2009).

Sobre isso, há o reconhecimento de que a Deficiência Múltipla agrega diferentes associações de deficiências, além do fato de nenhuma pessoa com múltipla deficiência ser igual ao outro, sendo uma "condição que afeta em maior ou menor intensidade o funcionamento individual e social dos sujeitos com essa deficiência" (PLETSCH, 2015, p. 14). Sendo assim, cada pessoa tem um tipo de associação e cada uma delas desprende diferentes estratégias de possibilidades quanto ao aprendizado e desenvolvimento (ROSS, 2012).

A escola na vida do estudante com deficiência múltipla tem papel fundamental e, dependendo da sua experiência, esse papel pode ser tanto positivo quanto negativo. Se as pessoas inseridas nesse meio não conseguirem olhares acolhedores e de possibilidades. Nisso é importante destacar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinado ao público da Educação Especial, realizado no contra turno escolar, organizando e executando estratégias e recursos que contribuam com a escolarização desses estudantes. Além disso, dependem das interações estabelecidas entre professor e aluno /ou aluno e aluno durante as práticas pedagógicas na inclusão desses estudantes no espaço escolar.

Para discorrer sobre Educação Especial dentro do contexto das práticas pedagógicas com enfoque na inclusão, é necessário compreendê-la, como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis da educação. É uma área do ensino que necessita de recursos pedagógicos especiais para efetivação do processo de ensino e da aprendizagem, oferecendo o suporte necessário para que cada estudante consiga acessar o currículo escolar comum a partir do desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

A formação de práticas pedagógicas que contemplem as necessidades da Educação Inclusiva por todos que participam dela, está preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), na nova Constituição Federal de 1988 - que traz no artigo 206, inciso I a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola", e garante

no artigo 208 a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996).

Vale ressaltar que a ausência de práticas inclusivas no contexto escolar afeta diretamente a formação integral do aluno, pois é por meio delas que o estudante se conecta ao currículo e as estratégias pedagógicas. Valle e Connor (2014) enfatiza que grande parte dos docentes não tem especialização ou capacitação para o uso e adaptação dos recursos pedagógicos para alunos com deficiência. Nesse sentido, para que todos os alunos com ou sem necessidades educacionais especiais tenham acesso à educação, é necessário que as práticas cotidianas da escola sejam revistas e aperfeiçoadas.

Na literatura, o conceito de prática pedagógica inclusiva apresenta-se de forma diversificada e abrangente. Refere-se a inúmeros aspectos e tendências tais como: currículo, sala de aula, aprendizagem, desenvolvimento de aulas, práticas docentes, avaliação de alunos, gestão escolar, cotidiano, intervalo, material utilizado pelos alunos, e Atendimento Educacional Especializado. Em geral, os trabalhos voltados para a prática pedagógica inclusiva, discutem a escolarização dos alunos com deficiência, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. No âmbito da Educação Especial, a prática pedagógica manifesta-se, de forma, mas acentuada, a partir da Declaração de Salamanca (1994), ocasião que foi estabelecido Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

O presente artigo busca responder o seguinte questionamento: como vem acontecendo as práticas pedagógicas docentes no trabalho com uma aluna com deficiência múltipla? Para se responder a esse questionamento, propõe-se como objetivo geral: Analisar as práticas pedagógicas docentes no trabalho com uma estudante com deficiência múltipla.

A escolha da temática deu-se a partir do estágio remunerado na E.E.E.F.M. Prof<sup>o</sup> Gasparino Batista Da Silva vinculado a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), onde estou lotada como profissional de apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) fazendo o acompanhamento de uma estudante em sala de aula regular, surgindo à necessidade de expandir o conhecimento em torno da problemática.

No entanto, o trabalho visa contribuir com a educação e a comunidade ao se propor pesquisar a respeito da prática pedagógica docente na perspectiva de uma aluna

com deficiência múltipla, bem como contribuir ainda para trabalhos científicos na área, fortalecendo os debates e reflexões sobre o atendimento aos estudantes da educação especial.

Foi realizado um levantamento bibliográfico da literatura científica da área. Diante disso, Gil afirma "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2002, p. 44). Na sequência, procedeu-se com a pesquisa documental de dispositivos que abordam a temática em evidência "[...] de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (Gil, 2008, p.45). Sendo necessária a pesquisa de campo, nossos estudos se fundamentam a partir da abordagem qualitativa partindo da análise de conteúdo que abordam essa temática.

Para a realização deste trabalho fundamentamos as discussões na abordagem de pesquisa qualitativa, pois tem um estudo amplo do objeto de pesquisa, analisa e interpretam aspectos, mas profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano (MARCONI, LAKATOS, 2003), tal investigação permite buscar novos conhecimentos, assim como possibilita uma análise reflexiva sobre o contexto abordado.

Dessa forma, foi usada a análise de conteúdo, onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, pois intitulam que a pré-análise seria baseada na transcrição, no qual são realizadas várias leituras do material para entender e compor os dados necessários para uma pesquisa qualitativa (BARDIN, 2000).

Angrosino (2009), por sua vez, caracteriza a observação participante como um processo de aprendizagem pelo envolvimento nas atividades cotidianas de quem participa da pesquisa. Para o autor, não se deve considerar a observação participante apenas um método de pesquisa, porque ela é, antes de tudo, "uma estratégia que facilita a coleta de dados no campo" e o que combina o papel do pesquisador (participante de algum modo) com técnicas de coletas de dados (observação).

Essa pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Gasparino Batista da Silva Sede, é uma escola pública na cidade de Soure Pará, localizada na parte urbana, atendendo a maioria dos alunos de área periférica. O



endereço é entre 5ª e 6ª ruas, travessa 14, bairro Centro, número 645. Oferece educação especial, ensino fundamental anos finais 6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup>, ensino médio, e modalidades ensino regular, EJA. Funcionando nos turnos manhã, tarde e noite, as observações em lócus de pesquisa foram feitas no turno da tarde.

Enquanto a infraestrutura da escola passou por reformas recentes e aguarda pela conclusão das obras em uma parte do prédio, tornou-se importante caracterizar o lócus desse estudo. Em sua estrutura possui 14 salas de aulas, sala de diretoria, sala dos professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), quadra de esportes, cozinha, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório, pátio coberto e suas dependências com a acessibilidade. Possui equipamentos multimídias como impressora, aparelho de som e projetor multimídia que auxiliam nas práticas pedagógicas dos professores.

O artigo está organizado em três seções, a saber: na primeira, refletimos conceitos sobre a educação inclusiva e seus direitos; na segunda, descrevemos sobre a prática pedagógica docente a partir da proposta da educação inclusiva; na terceira seção, refletimos sobre o papel da escola, do professor, e da família no processo de inclusão escolar da estudante com deficiência múltipla, seguida das considerações finais.

### **Educação inclusiva e seus direitos**

No Brasil o reconhecimento da pessoa com deficiência é observado na legislação em decretos que datam de 1940. No Decreto n. 6949 25/08/2009, a legislação brasileira define deficiente como aquele "que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas". (BRASIL, 2013, p. 16).

Os princípios legais que sustentam e garantem proteção integral da infância e adolescência o que se refere o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei de n. 13.257/2016, voltadas ao atendimento dos direitos da criança entre outros. A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CDPD (ONU/2006), promulgada pelo Decreto de n. 6949 de 25/08/2019 e a Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei está de

n. 13.146/2015, nas quais firmam princípios de políticas públicas inclusivas das pessoas com deficiência.

O Capítulo V, Artigo 58, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei de n. 9394/96, classifica Educação Especial "como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais" e no que diz respeito ao Plano Nacional de Educação - PNE estabelece que a inclusão passe por todas as etapas de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

A Deficiência está dividida em grupos prevista pela legislação sendo estes: física, mental, auditiva, visual e múltipla, a estes são estabelecidas algumas determinações conforme a Constituição Federal - CF/88.

Artigo 208 o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Art. 227 é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, e ao jovem, com absoluta prioridade, e direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2013, p. 20, 21).

Pois a exclusão seja qual for é uma realidade nas escolas, o ato de preconceito faz com que muitos alunos desistam de estudar. O docente tem papel fundamental nesse contexto da inclusão, contribuindo e auxiliando no processo educacional e social dos mesmos. A igualdade entre as pessoas é imprescindível quando tratamos principalmente de escola, pois a mesma deve educar para minimizar essas diferenças, proporcionando um ambiente agradável e acolhedor para os alunos.

O fato que vem modificar o cenário da educação mundial fica por conta da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha). Este documento foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender as necessidades dos indivíduos nelas matriculados, tendo como base o artigo 11 da Declaração de Salamanca "O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas".

É necessária, uma escola que segue os princípios da inclusão deve por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas; étnicas ou culturais e crianças de outros grupos; ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Dessa forma, podemos perceber que a Declaração de Salamanca proporciona o direito de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade, na opinião de MRECH (1998), a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas.

A inclusão escolar não acontece por si só, mudanças são necessárias, principalmente comportamentais. A maior consequência que ocorre quando bons resultados não são atingidos é falta de motivação, uma ausência de interesse, que motivação estudantes com deficiência e seus pais a desistir da inclusão escolar e optarem por escolas que promovem a separação de condições.

Na legislação do Brasil, em termos legais, os direitos infante juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, em responsabilidade conjunta com os pais, responsáveis e a família. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias :

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

(...)

VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

(...)

Art.13. Os docentes incumbir-se-ão de :

(...)

VI – Colaborar com as atividades de desarticulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seus princípios:

(...)

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (LDB, 1996 art. 12-13-14).

No que diz respeito aos direitos e deveres dos pais :

É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

(...)

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de :

I - Maus-tratos envolvendo seus alunos;

II - Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III - Elevados níveis de repetência. (LDB, 1996. art. 54-55-56).

Na legislação podemos perceber que a família é o que há de mais importante na vida do estudante, e por essa razão, traz uma obrigatoriedade por parte da família em acompanhar frequência, aproveitamento escolar dos filhos, trazendo para o estudante um melhoramento no desempenho escolar.

A ausência de participação da família no acompanhamento da vida escolar do estudante com deficiência é das constantes reclamações por parte dos professores e profissionais da educação num contexto geral, muitas vezes justificando as dificuldades de desenvolvimento de aprendizagem deste aluno à referida ausência, haja vista que não a diálogo sobre as dificuldades do estudante com deficiência, bem como a falta de participação em momentos festivos, que são de uma importância relevante no desenvolvimento da autonomia e segurança destes alunos. (RODRIGUES, 2008).

O contexto da família quando, em busca de seus direitos, não cumprem os seus deveres, uma vez que é o de acompanhamento ao desenvolvimento do processo de formação humana escolar e educacional, ausência de pais na vida escolar dos filhos, é necessário à vislumbração em presença para a relação família e escola num dever e direito para todo sempre.

**A prática pedagógica docente a partir da proposta da educação inclusiva**

No final do século XX o Brasil tinha como objetivo escolarizar as pessoas oriundas das classes populares, pois a função da escola era atender todos, inclusive os alunos com deficiência. A educação especial na perspectiva inclusiva, é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas escolares, e por isso exige-se que as instituições de ensino, e todos os profissionais envolvidos no processo ensino aprendizagem estejam preparados para ofertar uma educação de qualidade para todos os estudantes. Propõe-se e busca-se uma instituição pedagógica que se dilata frente às diferenças do alunado. (BAPTISTA, 2015)

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidades dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não tem valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento (MANTOAN, 2002, p.84).

Cada estudante tem uma identidade que não pode ser comparada, rotulada, ou padronizada, pois é um sujeito único e dotado de características que não podem ser categorizadas e hierarquizadas. A diversidade é o que nos iguala e a escola deve reconhecer valorizar e aceitar o aluno, além de se constituir em um espaço aberto e democrático. Atribuir o princípio do aluno ideal vai contra todos os princípios da Educação Especial na perspectiva da Inclusão.

Por muito tempo as instituições de ensino se configuraram como espaços tradicionais que legitimavam e reforçavam práticas e discursos que adotavam um ideal de aluno, ou seja, um aluno modelo. Esse aluno deveria adaptar-se às condições da instituição, fato que a tomava um ambiente seletivo e injusto, pois alunos com situações divergentes do padrão estabelecido ficavam afastados do processo educativo.

Como salienta Mantoan (2002, 2011), é notória a prática das instituições escolares em padronizar ou homogeneizar os discentes e conseqüentemente suas identidades, quando o que deve ser adotada é a prática de desconstrução de uma identidade fixa e “normal” para assim atender ao princípio da inclusão que remete ao diverso, ao heterogêneo e ao plural. A uniformidade das classes escolares é um mito e vai contra as ideias de uma escola para todos.

Para que o profissional docente esteja apto a propor práticas pedagógicas inclusivas, mediando o fazer educativo e o processo de inclusão escolar se efetive de

maneira satisfatória é necessário repensarmos a respeito da formação continuada. Cotidianamente ouvimos professores afirmando não se sentirem preparados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais específicas e sem saber lidar com os desafios vivenciados no espaço escolar.

O professor deve trazer para dentro de sala de aula, novas temáticas, podendo assim expandir os conhecimentos dos alunos, fazendo com que seu olhar mude com relação à inclusão. A falta de informação é um fator determinante para que ocorra a exclusão. O professor ao ter conhecimento das necessidades educativas de seus alunos, consegue ministrar suas aulas com maior facilidade ao introduzir a inclusão nas aulas, tornando assim possível uma educação de qualidade para todos.

Dessa forma, o professor deve ter em mente a importância de proporcionar um ambiente que possa estimular ao estudante o respeito à diversidade. A formação continuada de professores é a base que contribuem para a educação inclusiva, porém sendo um trabalho conjunto entre colegas, familiares e governo, acontecendo de forma conjunta e contínua.

A formação do professor não deve se limitar ao que foi aprendido durante a graduação, pois ocorrem mudanças a todo tempo e o docente deve estar sempre buscando novos conhecimentos, podendo afirmar a importância da formação continuada nesse processo, estando presente durante toda a sua atuação no ambiente escolar, tornando-os profissionais qualificados para atuar na educação inclusiva.

A formação inicial é o momento que o profissional aprende a importância da sua profissão e como deve trabalhar para garantir o sucesso do seu trabalho. Essa formação deveria preparar os profissionais da educação para a realidade das escolas, para que ele possa, através dessa realidade, transformar os indivíduos, em pessoas independentes, conhecedoras de seus direitos e deveres e capazes de se posicionar diante dos acontecimentos mundiais.

Considerando que a formação inicial, por mais qualificada que seja, não prepara os professores para todos os desafios que encontra na sala de aula e o domínio de saberes que lhes possibilite um exercício profissional competente e, conseqüentemente um melhor desempenho dos educandos.

Torna-se imprescindível a implementação de programas de formação continuada, que é o momento para esses profissionais se adequarem, e que justifica-se por vários motivos, entres eles, o desenvolvimento profissional e pessoal, a inclusão de todos os indivíduos em fase escolar, a persistência do insucesso, da exclusão e do abandono escolar, a legislação e os financiamentos disponíveis.

Os professores são os profissionais que trabalham na formação do cidadão, e por esse motivo, deveriam ser os mais qualificados, dispondo as tecnologias e acervos diversificados com o intuito de garantir uma formação adequada para todos. Mas a realidade do nosso país é a de professores recebendo baixos salários e grande carga horária, impedindo até mesmo a compra de livros e tempo para a leitura destes.

A formação continuada não é apenas um prolongamento da formação inicial. Ela visa também o aperfeiçoamento profissional e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, é indispensável numa profissão que lida com a internalização dos saberes dos indivíduos.

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho, durante as reuniões para elaboração do projeto político pedagógico da escola, nas reuniões de trabalho, na formação de grupos de estudo, nas pesquisas, nos conselhos de classe, nos estudos de caso (que devem ser elaborados em forma de projetos e serem divulgados, nas formações a distância. E também pode ocorrer fora da jornada de trabalho em congressos, cursos, oficinas, palestras, e encontros.

Segundo Libâneo (2004), também fazem parte dos processos de formação continuada as ações de acompanhamento promovidas pelas Secretarias de Educação, visando apresentar diretrizes gerais de trabalho e oferecendo assistência técnica especializada ou programas de atualização e aprimoramento profissional.

Quando se coloca o assunto formação continuada em discussão, infelizmente, alguns profissionais que negligenciam sua profissão, que preferem manter-se na ignorância, não querem evoluir pessoalmente e profissionalmente e encontram-se estagnados, participam da formação apenas para não receberem falta no trabalho, e também rejeitando os professores com iniciativa e que procuram uma educação de qualidade. Nesse sentido esses docentes não percebem outras possibilidades de

pensamento e ação, consideram somente seus saberes verdadeiros, requerendo dos outros professores, a adequação ao seu modo de pensar.

Gadotti (2000), visando às mudanças necessárias para uma educação de qualidade afirma que precisamos ter certeza para pensar e agir, é no cotidiano, no dia a dia que a quantidade de pequenas mudanças numa certa direção oferece a possibilidade de se chegar a uma grande mudança, e para essa mudança, é necessário um esforço contínuo e paciente.

Para garantir essa educação de qualidade, esses esforços devem ser voltados também para a formação continuada. Ela garante que os professores tenham tempo de estudo nas escolas, no seu horário de trabalho para discutir suas práticas, trocarem experiências, atualizar conhecimentos, esclarecer situações da sala de aula, e a partir da teoria, delinear teorias para explicar como os alunos aprendem e qual a melhor maneira de ensinar.

Libâneo (2004) propõe uma formação baseada na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática, de modo que o professor vá se transformando em um profissional que domina uma prática refletida. É na reflexão sobre as questões do dia a dia que o docente pode modificar a sua compreensão do cotidiano e perceber que as suas ações podem ser intencionais, e são nesses momentos de formação, que o professor pode modificar a sua maneira de viver o mundo.

Para alcançar os objetivos de uma formação continuada adequada Libâneo (2004, p. 78) afirma que:

A formação continuada é uma maneira diferente de ver a capacitação profissional de professores. Ela visa ao desenvolvimento pessoal e profissional mediante práticas de envolvimento dos professores na organização da escola, na organização e articulação do currículo, nas atividades de assistência pedagógico-didática junto com a coordenação pedagógica, nas reuniões pedagógicas, nos conselhos de classe, etc. O professor deixa de estar apenas cumprindo a rotina e executando tarefas, sem tempo de refletir e avaliar o que faz.(Libâneo, 2004, p.78).

É necessário preparar os professores, para que possam dominar os saberes, possibilitando um exercício profissional competente e, conseqüentemente, um melhor desempenho dos educandos. E para essa preparação dos professores torna-se necessário à formação continuada.



### **O papel da escola, do professor, e da família no processo de inclusão escolar da estudante com deficiência múltipla.**

A observação participante foi realizada na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Gasparino Batista da Silva Sede, onde estou lotada como profissional de apoio educacional, fazendo o acompanhamento da estudante com deficiência múltipla em sala de aula regular, a aluna é concluinte do 3<sup>o</sup> ano do ensino médio, matriculada no turno da tarde. A observação está relacionada à inclusão escola/professor/família, pois consideramos importante investigarmos sobre como ocorre essa integração.

A escola como um todo deve estar preparada para acolher o aluno com deficiência, também tem um importante papel no processo de aprendizagem de seus alunos, uma vez que é responsável por proporcionar conhecimentos e permitir a convivência no coletivo, estimulando assim, o respeito ao outro. A família tem papel fundamental na formação do caráter, personalidade, ascensão do indivíduo com necessidade especial. A família e a escola devem caminhar juntas na direção do atendimento adequado dos estudantes com deficiência.

É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros, com as diferenças, diversidades e limitações de cada um. Portanto, a inclusão começa a ser construída em casa, pois as pessoas com deficiência e sua família são os principais agentes para que esta aconteça, garantindo também desenvolvimento intelectual e cognitivo para os futuros homens e mulheres inseridos na sociedade (MACHADO, 2021).

Vygotsky (1991) apresenta uma contribuição acerca bastante pertinente a família e a escola exercem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, de modo que cabe à escola buscar meios para a superação das dificuldades do aluno que apresenta alguma deficiência. Sendo assim, é necessário que a escola, por meio de seus professores, atue como mediadora para que a criança com dificuldades encontre formas de desenvolver o seu pensamento e, por sua vez, uma concepção racional e científica do mundo.

Para Vygotsky (1991), a família é uma instituição social de grande influência e de grande importância na tomada de decisão no que se refere ao desenvolvimento do indivíduo. Os primeiros passos para a inclusão da pessoa com deficiência é a aceitação

da família. Na sequência construir uma sociedade com menos discriminação onde as pessoas vejam uns aos outros de forma igualitária. Por crença limitante da família, ou proteção em excesso muita pessoas em idade escolar, não estão inseridas no contexto de educação.

O papel da participação da família na escola fornece o ensino aprendizagem, pois com a participação da família, a escola poderá contar com o apoio dos pais e responsáveis para um maior desenvolvimento intelectual e social dos alunos. A colaboração cotidiana dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos é de suma importância no desenvolvimento socioeducativo do mesmo, pois é na família a base para a educação dos filhos e a escola é mais um complemento para esse meio. De acordo com o relato de experiência:

No que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas pela maioria dos professores em sala de aula regular, é repassado os assuntos para a professora da sala do Atendimento educacional especializado (AEE). A mesma faz adaptações de atividades de acordo com as especificidades da aluna. No primeiro semestre desse ano foi ofertadas aulas do ensino de Libras o que melhorou a comunicação entre todos no contexto de sala de aula, a aluna sentia-se incluída pelos colegas da turma. Os professores não têm capacitação no ensino de Libras o que dificulta a comunicação direta com a aluna, somente através da profissional de apoio eles conseguem compreender o que a aluna quer falar (apoio escolar, relato de experiência, 2023).

No entanto apesar de alguns pontos positivos no que diz respeito à inclusão, ainda há certa resistência pelo professor de física, dizendo que são assuntos muito complexos e difíceis de serem adaptados, avaliando a estudante somente pela presença em sala de aula e com a nota mínima para ser aprovada pelo sistema (apoio escolar, relato de experiência, 2023).

Para Mazzotta (1993), a formação de professores é um elemento chave para a organização e desenvolvimento de serviços, auxílios e currículos especiais ou adaptados aos usuários a que se destinam. Porém, o conhecimento e a experiência desses profissionais com relação ao ensino regular se fazem necessários, à medida que trata da inclusão desses estudantes.

Atualmente, a escola oferece o Projeto Integrado de Ensino (PIE) onde é realizadas oficinas da preparação de óleo de coco e da cocada a estudante sente-se entusiasmada em retirar o óleo do coco junto aos demais colegas (apoio escolar, relato de experiência, 2023).

De acordo com as observações, a necessidade de se fazer uma educação de qualidade, depende não só da escola, da família, ou do professor, mas de um trabalho conjunto, é necessário um comprometimento de ambos os lados. Todavia a escola e a família pesquisada são bastante participativas na aprendizagem da estudante, havendo o

comprometimento dos docentes, juntamente com a equipe gestora, desenvolvendo um trabalho voltado à realidade dos alunos.

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe à ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais para uma visão pautada nas possibilidades, elaborando atividades variadas, dando ênfase no respeito às diferenças.

Segundo Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p.101).

De acordo com o autor, os profissionais que buscam uma ação educativa, devem estar atentos às diversidades de seus alunos, procurando exercer seu papel de maneira justa, pautado no respeito mútuo, eliminando todo e qualquer tipo de discriminação com o intuito de formar cidadãos conscientes para o convívio com as diferenças.

Sendo assim, os professores devem procurar novas posturas e habilidades que permitam compreender as diferentes situações que se deparam, além de auxiliarem na construção de uma proposta inclusiva, fazendo com que haja mudanças significativas pautadas nas possibilidades e com uma visão positiva das pessoas com deficiência.

Além do professor, as famílias dos estudantes com deficiência devem participar a todo o momento do processo de ensino-aprendizagem do aluno, sendo de suma importância, pois através dessa participação os professores têm a oportunidade de melhor conhecer o seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado a todos.

A inclusão implica uma mudança nas políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais do sentido excludente ao inclusivo, formando um ambiente onde a prática não precisa estar limitada ao sistema paralelo de educação. Para que os professores possam trabalhar na educação inclusiva é necessário que ocorram mudanças estruturais e pedagógicas, quebrando barreiras e abrindo portas para os estudantes com diversos tipos e graus de dificuldades e habilidades.

## **Considerações finais**

Conclui-se, que o foco principal da pesquisa, visou compreender a educação inclusiva, buscando analisar a prática pedagógica docente no contexto atual de ensino, onde o mesmo deve estar apto a relacionar o conteúdo com a realidade do aluno, buscando estratégias e usando métodos que possam contribuir com a formação do estudante como sujeito crítico, pensante, com habilidades e capaz de agir na sociedade.

Contudo, a participação da família é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem. A família é a entidade, mas importante na qual o aluno está inserido, sendo ela uma das responsáveis pelo cuidado e plena formação do cidadão.

A pesquisa desenvolvida foi bastante proveitosa e satisfatória para perceber a realidade da problemática estudada, o qual demonstrou uma relação próxima entre a família e a escola. De acordo com o resultado desta pesquisa, foi possível perceber que tanto a escola quanto a família sentem-se responsáveis pela educação dos alunos. Através da parceria escola e família é o caminho ideal para chegarmos a alguma melhoria educacional, a uma qualidade de ensino que há muito tempo almejamos .

Observou-se ser de extrema importância que o professor esteja sempre pesquisando e conhecendo novas estratégias de ensino e aprendizagem, contextualizando-as e buscando novos saberes acerca da sua área de atuação, isso está ligado à formação pessoal desse profissional, que refletirá na sua prática docente. Vale ressaltar que o aluno, adquire e aperfeiçoa a sua aprendizagem, a partir do planejamento do professor.

Nesse sentido, pode-se dizer que o professor precisa ter características que vise levar em consideração em sua prática a participação ativa do aluno e que suas ações possibilitem instigar seu aluno na busca pelo aprendizado. Para tanto, o professor precisa buscar e pesquisar, estando em constante busca por inovação e conhecimento dentro de sua área de atuação é essencial. Dessa forma, a formação continuada de educadores vem tomando caminhos significativos no campo do ensino e aprendizagem, que deve ampliar cada vez mais, para que os profissionais da educação evoluam, bem como a sociedade vem evoluindo.

## Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.
- BRASIL. **Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência- Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Câmara 2013. Série legislação; n. 76.
- BRASIL. Lei 13.257, de 8 de Março de 2016. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 78 p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 24).
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Auternativa, 2004. 319 p.
- MACHADO, Bruna Arthuri. **Família e Escola na Educação Infantil**. 2021. Tese (Graduação Pedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED**. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. D. de (Orgs.). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 79-93.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

MASINI, E. F. S. **Pesquisas sobre surdocegueira e deficiências sensoriais múltiplas**. Revista Construção Psicopedagógica. São Paulo, v. 19, n.18, p. 64-72, 2011.

MAZZOTTA, Maria J. S. **O trabalho docente e a formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? **Revista integração**. Brasília, ano 08, n.20, p. 37-39, 1998.

PLETSCH, M. D. **Deficiência Múltipla: formação de professores e processos de ensino-aprendizagem**. Cadernos de pesquisa. v.45 n.155 p.12-29 jan./mar. 2015.

RODRIGUES, David. **Desenvolver a educação inclusiva: dimensões do desenvolvimento profissional**. Inclusão: Revista da Educação Especial, v. 4, n. 2, p. 7-16, jul./out. 2008.

ROSSI, F. L. C. **Práticas educacionais inclusivas: deficiência múltipla**. Uberlândia, 2012.

SILVA, Yara Cristina Romano. **Deficiência Múltipla: conceito e caracterização**. Anais Eletrônico, VIII EPCC. Encontro Internacional de Produção Científica. Centro Universitário de Maringá. CESUMAR, Maringá: Paraná, 2011.

TEIXEIRA, E.; NAGLIATE, P. de C. Deficiência Múltipla: Conceito. In: COSTA, M. da P. R. da (Org.). **Múltipla Deficiência: Pesquisa & Intervenção**. Pedro & João Editores, São Carlos, SP, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: [www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp).

VALLE, J. W. & CONNOR, D. J. **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desnecessário dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.